

Educar para o Trabalho: a Função do Ensino Secundário Para JK

Gisele Gutstein Guttschow – UFPR

Eixo temático I: Ensino secundário técnico/médio

RESUMO

O artigo objetiva abordar considerações do ex-presidente da República Juscelino Kubitschek no final da década de 50 e início de 60, sobre uma das funções do ensino secundário: a educação para o trabalho. Para esse artigo utilizou-se como fonte as mensagens educacionais proferidas pelo presidente Juscelino Kubitschek ao Congresso Nacional durante a abertura da sessão legislativa, relativas ao período de mandato desse presidente (31 de janeiro de 1956 a 31 de janeiro de 1961), acerca da reorganização e mudanças nas escolas secundárias frente à questão do trabalho como sendo uma das funções da educação brasileira.

A Educação no Plano Governamental de JK

O Brasil da década de 50 viveu a dinâmica do nacional-desenvolvimentismo, e teve através do plano de governo de Juscelino Kubitschek, seu momento maior (XAVIER, 1999). Segundo CARDOSO (1972), o nacional-desenvolvimentismo do período JK¹ centrou-se na ideia de que o desenvolvimento de uma nação soberana se dará através da boa estrutura e progressivo crescimento do setor econômico e promoverá, por consequência, o bem-estar-social. O bem-estar-social significou, na conjuntura do nacional-desenvolvimentismo, que o é deficitário ou até mesmo privado em algumas classes sociais desaparecerá com o desenvolvimento econômico do país.

Com essa premissa e a aliança PSD e PTB, Juscelino Kubitschek encaminhou sua candidatura e assumiu a presidência da República do Brasil, no período de 31 de janeiro de 1956 a 31 de janeiro de 1961 (BENEVIDES, 1976). A equipe do presidente chefiada por Lucas Lopes, elaborou um plano governamental mais conhecido como Plano de Metas, baseado em cinco setores de investimentos: energia, transportes, alimentação, indústria de base e educação. Esse plano focalizou a industrialização do país e visou o desenvolvimento brasileiro na centralização de “... propostas (...) no sentido do crescimento econômico acelerado, através da industrialização, com especial atenção para as necessidades infra-estruturais” (CARDOSO, 1972, p. 78).

Para essas proposições, naquele momento, considerou-se necessário adequar à política educacional a esses objetivos. Pois, evidenciou-se que a falta de qualificação da mão-de-obra seria um obstáculo ao desenvolvimento industrial e, conseqüentemente, econômico, do Brasil (AZANHA, 1995).

Porém o lugar conferido a educação no Plano de Metas, foi o último. Segundo LAFER (1973, p. 48)

O setor de educação (...) abrangia apenas a seguinte meta:
(30) formação de pessoal técnico – meta inicial: intensificar a formação de pessoal técnico e orientar a educação para o desenvolvimento. O Governo aumentou,

¹ Em momentos oportunos desse artigo apenas a sigla JK será utilizada para designar o ex-presidente da república, Juscelino Kubitschek.

progressivamente, as verbas orçamentárias consignadas ao MEC e deixou subsídios importantes sobre o problema que resultaram dos trabalhos do ENATEC (Grupo Executivo do Ensino e Aperfeiçoamento Técnico, criado em 25/6/59).

Verifica-se que a educação foi pensada como um eixo norteador para o desenvolvimento econômico do país. Para isso sua função primeira deveria se voltar para a formação técnica dos brasileiros para suprir as necessidades de profissionais capacitados vinculados aos outros setores de investimento do plano governamental de JK. Conforme PAIXÃO (2002, p.66) os “Setores do governo viam na Educação um instrumento para aumentar a produtividade do trabalho. A ênfase, nesse caso, era a formação de mão-de-obra demandada pelo aparelho de produção”. Dessa forma, ousa-se concluir que o intuito do Plano de Metas do governo federal foi o de colocar a educação em um lugar que auxiliasse o desenvolvimento industrial e econômico do país, mas não como a propulsora desse processo.

Foi com essa prerrogativa que Juscelino enfatizou na mensagem educacional de 1960 dirigida ao Congresso Nacional que com o “... desenvolvimento industrial e as novas condições de vida por ele criadas, aumentaram as exigências de qualificação técnica e intelectual do homem brasileiro e, portanto, as responsabilidades do Poder Público no campo da educação” (INEP, 1987, p. 329). O então presidente constatou que

Dia a dia a escola (...) passou a constituir reivindicação de grandes massas que aspiram ao acesso social e cultural. [Pois] Essa evolução decorreu, (...) com o crescimento das cidades, o surto de industrialização e de uma economia urbana, a escola passou a ter funções definidas e insubstituíveis no aparelhamento do homem para um novo estilo de vida (INEP, 1987, p. 328 e 329).

Assim, através de um plano educacional adequado objetivou-se inserir o cidadão na sociedade desenvolvimentista almejada.

O Trabalho como Função do Ensino Secundário

Nas mensagens educacionais proferidas pelo presidente Juscelino Kubitschek ao Congresso Nacional, vários problemas apareceram em torno da educação e mereceram devida análise, como por exemplo, o alto índice de analfabetos, os currículos inadequados, os precários métodos e programas de ensino a falta e o difícil acesso às escolas públicas.

Contudo centra-se a presente discussão na necessidade do ensino primário e secundário educar para o trabalho.

Faz-se tal ênfase a partir da citação abaixo, relativas às mensagens educacionais correspondentes aos anos de 1956 e 1957,

O atual curso secundário não está em condições de preparar o jovem para o **trabalho** [grifo meu]. (...) No ano de 1954, diplomaram-se no País 431 técnicos industriais e 341 técnicos do ensino agrícola. É um número que absolutamente não atende às necessidades de nossa economia. Precisamos diplomar maior número de técnicos, ano após ano. Além disso, necessitamos de maior variedade deles nos diferentes níveis de formação. Será também imprescindível cercar as profissões técnicas de grau médio do prestígio a que a importância de seu **trabalho** [grifo meu] faz jus, em uma época de rápida expansão tecnológica, como a que ora vemos no Brasil (INEP, 1987, p. 272 e 273).

São claras as considerações do então presidente JK, sobre o tratamento dispensado ao quesito trabalho do ensino secundário. Para este presidente que focou seus discursos no progresso econômico e industrial do Brasil, viu a necessidade de formar indivíduos comprometidos com a cultura de desenvolvimento pretendida pelo governo através de um sistema educacional que priorizasse tais aspirações. Até porque, segundo Juscelino

Uma das consequências conhecidas do processo de industrialização é a mudança gradativa na distribuição da força de trabalho pelas várias atividades. Em algumas nações, a proporção dos agricultores na população ativa total caiu de 7 para 1 no correr do processo, com o desenvolvimento da industrialização, é de prever-se idêntica transformação entre nós, dentro dos próximos anos (INPE, 1987, p. 271).

O ex-presidente enfatizou na sua mensagem educacional de 1957 que “a escola é o instrumento social capaz de realizar essa tarefa. A isto não se presta, porém, a escola tradicional com sua formação puramente intelectualista” (INEP, 1987, p. 272). Assim, com o ensino que foi ministrado nas escolas do ensino secundário, se percebeu que a formação concedida aos estudantes brasileiros estava aquém das necessidades de qualificação profissional objetivada pelo governo federal.

Desejou-se um ensino voltado para a preparação para o trabalho², ou seja, na formação de operários a fim de atender a carência do setor industrial do país e propiciar o

² Não é pretendido nesse artigo enfatizar que somente no governo JK a educação foi pensada para atender as necessidades do governo federal frente as necessidades desenvolvimentistas. Em cada fase do Brasil, houve

crescimento nos setores econômico e social. Pois na perspectiva do nacional-desenvolvimentismo as condições sociais dos brasileiros ganhariam melhora com o crescimento econômico.

Juscelino Kubitschek enfatizou tal intenção na mensagem educacional apresentada ao Congresso Nacional em 1956

A realidade econômica, em plena expansão industrial, está solicitando um número cada vez maior de técnicos e operários qualificados. O próprio programa do Governo, de explorar as riquezas naturais do País, está na dependência, pois, de operários e técnicos bem preparados para manejar os instrumentos e aplicar as técnicas da produção altamente especializada e mecanizada de nossos dias (INEP, 1987, p. 258 e 259).

JK destacou que o processo de transformação de um país agrário e rural num país industrial e urbano passa imprescindivelmente pelos seus cidadãos. Para tal objetivo, a formação educacional dos brasileiros deveria acompanhar os interesses do governo. Desse modo, a educação secundária tinha por uma de suas primeiras obrigações, educar para o trabalho. Sem esse dever cumprido os planos desenvolvimentistas do governo para o Brasil culminariam em fracasso. O país precisava de um “... cidadão operário (...) efetivamente em ‘uma força viva de progresso’” (MORAES, 2003, p. 328).

Pois, conforme Juscelino “Só assim educada, poderá a geração nova, participando do progresso nacional, contribuir para a conquista da grandeza econômica do Brasil” (INEP, 1987, p. 253). Desse modo o ensino secundário deveria se adequar à essa nova realidade econômica e social que o Brasil estava vivenciando.

JK insistiu numa *educação integral* (INEP, 1987) pautada nos conceitos do humanismo e da técnica, e definiu enfim “Uma cultura, (...), que está em todas as formas do trabalho e destrói a absurda e tradicional incompatibilidade entre o trabalho e o estudo (...) com o intuito de preparar eficientes construtores da economia e cultura do País” (INEP, 1987, p. 253). Juscelino expressou que da maneira que a escola primária e secundária conduzia o ensino, o trabalho não era quesito de aprendizagem. Aliás, num país de passado agrário e

tentativas de moldar a educação para a finalidade de cada momento. Porém nesse trabalho foca-se somente as empreitadas do governo Kubitschek para adequar o ensino as reivindicações do período.

VII Colóquio Ensino Médio, História e Cidadania. Universidade do Estado de Santa Catarina. Florianópolis, Santa Catarina. Maio-Junho de 2012. ISSN 2236-7977.

escravocrata o trabalho foi tido com desprezo e realizado por pessoas em condições de submissão absoluta. Conforme as considerações de DECCA (2004, p.8) “a dimensão crucial dessa glorificação do trabalho encontrou suporte definitivo no surgimento da fábrica mecanizada, que se tornou a expressão suprema dessa utopia realizada, alimentando, inclusive, as novas ilusões de que a partir dela não há limites para a produtividade humana”. Não se pretende afirmar com a citação acima, que as fábricas no Brasil surgiram na década de 50. Como visualiza e assemelha DECCA (2004) no livro de sua autoria *O nascimento das fábricas*, que a consolidação e os aspectos da fábrica no continente europeu com os engenhos no período colonial e imperial do Brasil foram concomitantes. O que se teve foram modelos de fábricas que “... representaram formas peculiares de organização social do trabalho para a obtenção, sob garantia absoluta, do lucro capitalista, e ambas se configuraram pela concentração em um mesmo lugar de trabalho, e em larga escala, de trabalhadores despossuídos de meios de produção e de saber técnico” (DECCA, 2004, p. 47).

Contudo no contexto agrário-escravocrata operários sem qualificação profissional proveniente da formação escolar, são requisitados e aceitos, porém no engendramento do nacional-desenvolvimentismo objetivado no governo JK para o país, trabalhadores desprovidos do conhecimento técnico e da instrução não eram mais quistos ao novo modelo econômico e industrial que se desejou consolidar no país.

Portanto, a diplomação de operários qualificados foi imprescindível no governo de Juscelino a fim de garantir o crescimento do Brasil, essa ideia endossa a opinião de políticos e fazendeiros de Minas Gerais já em 1903, quando defendiam que a “... incorporação do trabalhador nacional à República e ao mercado de trabalho, devia ser feita, predominantemente, por meio da instrução, mais precisamente da formação profissional” (FARIA FILHO, 2001, p.33). Assim, constituiu-se naquele período um conjunto de características coadjuvantes com a intenção de protagonizar uma “... lógica férrea comandando a existência do homem sempre atado no trabalho (...) fundada na noção da conquista progressiva da natureza pelo homem por meio de um também progressivo processo de aperfeiçoamento tecnológico” (BRESCIANI, 1986).

Pautado na realização do Plano de Metas, Juscelino Kubitschek certificou que o ensino secundário “... atual, acadêmico e verbalista, não cuida de formar o educando (...). Ao cabo de longo percurso, os egressos dos colégios, que não logram matrícula nas academias

ficam desajustados e se lançam à aventura de qualquer trabalho de pouco proveito social e limitados horizontes” (INEP, 1987, p. 258). Apropriando-se das considerações de FARIA FILHO (2001) sobre o Instituto João Pinheiro “... como uma experiência entre dois mundos...”, ousa-se colocar o raciocínio de JK na mesma reflexão. O jovem brasileiro tinha naquele momento dois caminhos: “... de um lado o mundo do crime, da ociosidade, do vício; do outro o mundo do trabalho honesto, da família, da República” (FARIA FILHO, 2001, p. 19).

Dessa forma, na realidade de compilar um “... novo imaginário social que corresponde às novas relações sociais de trabalho...” (FARIA FILHO, 2001, p. 25), o governo lançou soluções para o ensino secundário.

Para o ensino secundário, pensou-se em “... encaminhar a mocidade, preferentemente para as escolas técnico-profissionais, destinadas a preparar especialistas qualificados para os variadíssimos ramos da produção moderna” (INEP, 1987, p. 258). Dessa maneira

a realização eficiente do trinômio – energia, transporte e alimentação – está evidentemente implícita na operosidade formadora do ensino técnico-profissional. Esse ramo do ensino vai merecer tratamento relevante do Governo porque constitui o processo educativo específico para integração do homem na civilização industrial, não somente habilitando-o para o domínio da máquina, como ainda orientando-o para uma nova atitude diante da vida” (INEP, 1987, p. 259).

A escola secundária se concentrou no requerimento de formação profissional necessária ao desenvolvimento econômico nos setores da “... indústria, comércio, agricultura e magistério primário (...) e atenderá a condições, peculiares e necessidades de cada região” (INEP, 1987, p. 296 e 297). Esse investimento do governo federal é nítido nos dados das mensagens educacionais de 1960, que no “... período de 1956 a 1959, através da elevação das matrículas, de 867.131 para 1.076.201 alunos, (...). Em igual período, subiram as unidades escolares de 5.564 para 6.330, e o corpo docente, de 65.819 para 77.455 (INEP, 1987, p. 334 e 335).

Diante dessas ações do governo de Juscelino Kubitschek para reorganizar a função do ensino secundário em torno do trabalho, com o intuito de atender as demandas de crescimento econômico e industrial do país, há de salientar que tais medidas foram

insatisfatórias. No ensino secundário os índices são alarmantes, pois menos de 10% possuíam acesso à escola e desses somente 7% terminaram o ensino (INEP, 1987).

Mas, mesmo frente a esses dados vale, ressaltar que foi, imperioso para o governo JK que a educação desse nível de ensino, se associasse aos preceitos técnicos com formação ligada ao mundo do trabalho. Além de viabilizar que os cursos oferecidos por esses estabelecimentos de ensino se voltassem para a necessidade de mercado de cada região do país.

Considerações Finais

Desde de 1934, o direito à educação se inscreve como norma constitucional. A verdade, porém, é que os esforços para assegurar, a cada brasileiro, esse direito, em parte se anulam ante várias barreiras, como o excepcional contingente de nossa população em idade escolar – metade dos brasileiros tem menos de 18 anos – e a escassez de recursos financeiros e de pessoal qualificado para os misteres do ensino (INEP, 1987, p.329).

Segundo as considerações de FARIA FILHO (2001) com o advento da República o Brasil deparou-se com um dos problemas da herança imperial: a falta de um cidadão bem formado. Entedeu-se que os valores dos brasileiros eram pautados no ócio, no mundo do crime, vida mantida por meios ilícitos e pelo trabalho desonesto. A República quis que o cidadão interagisse com o pensamento de ordem e progresso e se transformasse no trabalhador nacional ordeiro, com uma “... formação (...), com base na educação e no trabalho” (FARIA FILHO, 2001, p. 17).

Na extensão do período republicano até o governo de Juscelino Kubitschek, transformar o cidadão num trabalhador nacional exemplar foi uma constante. Focou-se nesse artigo as considerações de JK sobre a utilidade que uma formação voltada ao trabalho teria no crescimento econômico do país.

É fato que o ensino secundário, durante o governo de Juscelino, o destaque despendido ao trabalho se deu em sua positividade. Essa conceituação em torno do enaltecimento do trabalho no Brasil, foi segundo PANDINI (2006), uma construção elaborada na passagem do século XIX para o XX. Dessa forma “o trabalho e os trabalhadores

delineavam-se como os grandes produtores da riqueza nacional, ícones de uma promessa de futuro grandioso” (PANDINI, 2006, p. 30).

Nas mensagens de JK o cidadão brasileiro teria também uma posteridade majestosa, pois, como citado anteriormente, ao angariar uma formação que educou para o trabalho, esse operário qualificado teria um novo posicionamento em sua vida (INEP, 1987). Ousa-se concluir que esse novo redimensionamento da vida de um brasileiro com formação é o de perceber quanto o empenho e dedicação ao trabalho honesto trouxe benefícios a sua condição social bem como da família a qual pertence. Além disso, uma das funções desse cidadão era o de transmitir aos seus descendentes os valores de ordem e progresso alicerçados no trabalho. Vale lembrar que na retórica do nacional-desenvolvimentismo o bem-estar-social é proveniente do crescimento econômico, ou seja, o cidadão pode adquirir uma ascensão social e/ou algum bem de consumo desejado com o salário adquirido através da educação e do trabalho.

Mas Juscelino Kubitschek na última mensagem educacional proferida ao Congresso Nacional em 1960, pronunciou que somente “... com o esforço perseverante de sucessivas administrações (...) através de um planejamento educacional objetivamente equacionado, [irá] transformar por completo a fisionomia cultural do País e prepará-lo a desempenhar um papel criador nos quadros da civilização industrial e técnica” (INEP, 1987, p. 328 e 330).

Desejou transmitir aos seus pares que somente com o que foi realizado em seu mandato presidencial não foi suficiente para a concretização das mudanças na educação brasileira para o ensino para o trabalho. Foi necessário que uma contínua persistência e assistência à educação fosse mantida, a fim de “... proporcionar, a todo o brasileiro, o mínimo de educação compatível com as exigências da era industrial em que ingressamos” (INEP, 1987, p. 329).

Referências Bibliográficas

AZANHA, José Mário P. **Educação: Temas Polêmicos**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. **O Governo Kubitschek: desenvolvimento econômico e estabilidade política, 1956-1961**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

VII Colóquio Ensino Médio, História e Cidadania. Universidade do Estado de Santa Catarina. Florianópolis, Santa Catarina. Maio-Junho de 2012. ISSN 2236-7977.

BRESCIANI, Maria Stella Martins. **Lógica e Dissonância Sociedade de Trabalho: lei, Ciência, Disciplina e Resistência Operária.** Revista Brasileira de História. São Paulo. V.6, n.11, pp.7-44. set. 1985/fev.1986.

CARDOSO, Mirian. **Ideologia do Desenvolvimento.** Brasil: JK – JQ. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1972.

DECCA, Edgar de. **O nascimento das fábricas.** São Paulo: Brasiliense, 2004.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. **República, trabalho e educação: a experiência do Instituto João Pinheiro (1909 – 1934).** Bragança Paulista: Editora da Universidade São Francisco, 2001.

LAFER, Celso. O Planejamento no Brasil: Observações sobre o Plano de Metas (1956-1961). IN: LAFER, Betty Mindlin. **Planejamento No Brasil.** 2 ed. São Paulo: Perspectiva S.A., 1973.

MORAES, Carmen Sylvia V. **A socialização da força de trabalho: instrução popular e qualificação profissional no estado de São Paulo (1873-1934).** Bragança APulista: EDUSF, 2003.

PAIVA, Vanilda. Pereira. **Educação Popular e educação de adultos.** Contribuição à História da Educação Brasileira. 3 ed. São Paulo: Edições Loyola, 1985.

PAIXÃO, Lea P. O **catarinense João Roberto Moreira** – um sociólogo da educação esquecido. Perspectiva. Florianópolis, v.20, n. Especial, p. 57-83, jul./dez.2002.

PANDINI, Silvia. **A Escola de Aprendizizes Artífices do Paraná.** “viveiro de homens aptos e úteis” (1910-1928). Curitiba, 2006. Dissertação (Mestrado em Educação). Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná.

VII Colóquio Ensino Médio, História e Cidadania. Universidade do Estado de Santa Catarina. Florianópolis, Santa Catarina. Maio-Junho de 2012. ISSN 2236-7977.

XAVIER, Libânia Nacif. **O Brasil como Laboratório** – educação e ciências sociais no projeto do centro brasileiro de pesquisas educacionais. Bragança Paulista: IFANCDAPHEDUSF, 1999.

FONTE

INEP. **A Educação nas mensagens presidenciais (1890 – 1986)**. Brasília, INEP, 1987. 2v anexos.

VII Colóquio Ensino Médio, História e Cidadania. Universidade do Estado de Santa Catarina. Florianópolis, Santa Catarina. Maio-Junho de 2012. ISSN 2236-7977.